



INTER
FACES
CIENTÍFICAS

EDUCAÇÃO

ISSN IMPRESSO 2316-333X

ISSN ELETRÔNICO 2316-3828

ARTIGOS DE DEMANDA

AS PRÁTICAS ESCOLARES DE CIVILIZAÇÃO E A EDUCAÇÃO DOS POVOS DA COLÔNIA PORTUGUESA E SEUS DOMÍNIOS

Mariângela Dias Santos¹

RESUMO

O estudo em foco pretende analisar o Tratado Filosófico “*Apontamentos para a educação de um menino nobre (1734)*” de Martinho de Mendonça de Pina e Proença. A escolha desse Tratado se deu por ser uma fonte de pesquisa que apresenta a educação como foco principal, pois especifica uma prática educacional e social determinada pelas exemplificações que a legislação empreendia naquela época. Esse Tratado mostra-se voltado para a educação preceptoral, de caráter privado, destinado a modelar a nobreza conforme princípios morais formadores do homem virtuoso. Nessa investigação foi utilizada a pesquisa bibliográfica e quantitativa, recorrendo às seguintes fontes: livros, revistas científicas e legislação. Convém ressaltar que foram analisadas como as práticas intelectuais e educativas implicaram no estabelecimento de estratégias na aprendizagem dos

saberes elementares no período setecentista estendidas nos manuais desses intelectuais e nas formas de execução dessas práticas. “Apontamentos” trouxe um discurso frente as práticas com relação a civilização e a educação dos povos da Colônia Portuguesa e seus Domínios. Concluiu afirmando que o pensamento iluminista foi permeado nesse período com o papel de redentor da educação, de sua capacidade de promover a regeneração e a emancipação dos indivíduos e das instituições educativas como lugares privilegiados para a formação dos sujeitos em conformidade a modernidade.

PALAVRAS-CHAVE

Martinho de Pina e Proença; Saberes Elementares; Legislação Educacional.

ABSTRACT

The study analyzes the focus Philosophical Treaty “Notes for the education of a noble boy (1734)” Martinho de Mendonça Pina e Proença. The choice of this Treaty took to be a source of research that shows education as the main focus because specifies an educational and social practice determined by exemplifying that the legislation was undertaking at that time. This Treaty is shown facing preceptorial education, private, designed to model the nobility as moral principles forming the virtuous man. In this study we used the bibliographical and quantitative research, using the following sources: books, scientific magazines and legislation. It is worth mentioning that were analyzed as the intellectual and educational practices involved in establishing strategies on learning the basic knowledge in the eighteenth century extended period in the

manuals of these intellectuals and ways of implementing these practices. “Notes” brought a speech front practices with respect to civilization and education of the people of Portuguese colony and the Dominions. I conclude saying that the Enlightenment thought was permeated this period with the redemptive role of education, their ability to promote regeneration and the emancipation of individuals and educational institutions as privilegiados places for training of the subjects in accordance modernity.

KEYWORDS

Martinho de Pina e Proença. Elementary Knowledge. Educational Legislation.

RESUMEN

El presente estudio pretende analizar el Tratado Filosófico “Notas para la educación de un niño noble (1734)” Martín de Mendonça Pina y Proença. La elección de éste Tratado, se dio por cuenta de una fuente de investigación que presenta la educación como el principal foco, pues especifica una práctica educativa y social, determinada por la legislación que en su momento vigoraba. El presente Tratado, vuélcale a la educación preceptorial, privado, diseñado para modelar la nobleza como principios morales que forman el hombre virtuoso. En este estudio se utilizó la investigación bibliográfica y cuantitativa, utilizando las siguientes fuentes: libros, revistas y legislación. Conviene resaltar, que se analizaron las prácticas intelectuales y educativas que eran utilizadas en el establecimiento de estrategias y aprendizaje de los conocimientos básicos del siglo XVIII, en

los manuales de los intelectuales de referida época. Las “Notas” trajeron a flote los discursos sobre la civilización y la educación de las poblaciones de las Colonias Portuguesas y sus Dominios. Concluyese diciendo, que el pensamiento Iluminista, tuvo un papel detentor en la educación, con capacidad para promover la regeneración y la emancipación de los individuos de las instituciones educativas, consideradas como lugares privilegiados con respecto a la formación educativa en armonía con la modernidad.

PALAVRAS-CLAVE

Martinho de Pina e Proença. Conocimientos Elementales. La Legislación Educativa.

1 INTRODUÇÃO

Na obra *Apontamentos para a educação de um menino nobre* (1734), de Martinho de Mendonça de Pina e Proença, o autor apresenta os aspectos que embasariam a educação diferenciada para aqueles que deviam suceder as famílias e constituir uma nova burocracia. Aos que não nasceram nobres por providência divina, caberia uma educação voltada às ações subalternas, todavia necessárias ao Estado. Martinho de Mendonça de Pina e de Proença (1693-1743) foi um fidalgo português da Casa Real, que esteve em Minas Gerais entre 1734 e 1737, a serviço de D. João V, sendo interinamente Capitão-Mor das Minas Gerais entre os anos de 1736 e 1737 (SILVA, 2006).

Martinho de Pina e Proença teve uma participação marcante no Iluminismo em Portugal. Em sua obra, é possível detectar a defesa do pensamento pedagógico de *Some Thoughts Concerning Education* (1693) de Locke, *De l'éducation des filles* (1688) de Fénelon e *Traité des Études* (1726), de Rollin. Desde cedo, Pina e Proença sentiu necessidade de contactar a dinâmica intelectual e filosófica de além-fronteiras, aproveitando a viagem como meio de proximidade com os novos sistemas filosóficos e científicos. Teve um envolvimento passageiro nos estudos de Retórica e Latim, mais tarde secundados com o curso de Filosofia, em Coimbra, porém não concluiu.

Apontamentos para a educação de um menino nobre (1734) é dedicado à educação da nobreza. Trazendo uma classificação de como deveria ser o ensino das primeiras aprendizagens. A obra pode ser classificada em quatro planos. O primeiro dedica-se a educação física, com intenção de garantir a necessária robustez e perfeita disposição para defesa militar do reino. O segundo, à educação moral, considerada a parte mais essencial da educação dos meninos nobres, por consistir no adorno das virtudes da alma, pregando a magnanimidade, a prudência e a justiça à luz de um ideal de contenção e de moderação das paixões. O terceiro, à educação intelectual, sendo consi-

derado como um precursor da ideia de constituição de um Colégio Real dos Nobres, que mais tarde seria defendida por António Ribeiro Sanches. Por fim, propõe um modelo de educação utilitária e pragmática, recusando a acumulação erudita de conhecimentos.

A obra é dividida em quatro tratados: o primeiro ensina o idioma português, com o objetivo de ler e escrever perfeitamente; o segundo apresenta os diversos caracteres e tipos de letras que se usavam naqueles tempos; o terceiro fornece as regras da ortografia portuguesa e o quarto ensina as noções básicas de aritmética.

Na introdução de sua obra, Martinho de Mendonça de Pina e Proença especifica ao Rei de Portugal que é na infância que se adquirem hábitos virtuosos e que estes são características de uma boa educação. Traz, também, a informação de que foi no Palácio de Vossa Excelência que havia aprendido a acertada educação. Por fim, dedica a obra ao Marquez de Alegrete, como resultado dos frutos que ele colheu com a instrução acertada.

A obra é assinada com data de setembro de 1733 e impressa em 1734. No prólogo, o autor reconhece que é responsabilidade do pai cuidar da educação de seus filhos. Desse modo, preocupado com a sua educação, escreveu a obra como manual para informar a escolha das obras que deveriam instruir seus filhos. Seu cuidado estava nas péssimas traduções e na diferença dos costumes das escrituras, e sua precaução estava centrada na falta de alguns compêndios. Assim, traz nomes de pessoas de esfera superior e talento para que sirvam de utilidade para a educação dos meninos:

[...] cujos Pays, vivendo nas Provincias, e desejando instruillos, ignoraõ o methodo que devem seguir na educação [...] baftandome alcançar o fim de facilitar a inftrucção de meus filhos, aproveitando de alguma forte aos alhejos. (PROENÇA, 1734, p. 8-11).

Quanto aos problemas emergentes sobre a instrução escolar, *Alguns pensamentos sobre a educação (1693)* de John Locke (1632 - 1704) enfatizava a contribuição que a educação deveria ter nas crianças. Para Locke, a formação educacional consistia no desenvolvimento do intelecto mediante a moral. Assim, em seu entender, a educação deveria ser formativa e não informativa, para que as aprendizagens possibilitassem a aquisição de saberes úteis à sua vida cotidiana, pois a maioria das obras possuía uma educação fraca sem conteúdos significativos. É interessante essa ressalva, pois Proença buscou traduzir as idéias de Locke para que fosse fortalecida a educação do *gentleman*, enfatizando a educação física, moral e intelectual dada aos “meninos nobres”. De acordo com CAMBI (1999, p. 317-318) *gentleman* é aquele que é idôneo para obedecer a mente e para seguir suas ordens, dando a sua consciência uma reta direção.

A obra de Proença veio mostrar aos pais que desejavam uma excelente instrução para os seus filhos, que estes deveriam basear-se em sua obra como obrigatoriedade, até porque esse apontamento foi criado para que os seus filhos fossem instruídos. É possível inferir que essa faceta apresentada na introdução da obra tinha como intuito significativo a tentativa de introduzir suas ideias e ter o apoio do Rei, como estratégia política e social. Esses ensinamentos proporcionariam a aprendizagem “da virtude solida, sem a mais leve mistura de hipocrisia, e huma ciencia moderna e prudente, que os não conduza à pompa, e ostentação sosiltica” (PROENÇA, 1734, p. 8). Buscava-se, com isso, alcançar a sabedoria e prudência por meio da memorização e aplicação, sendo este o caminho mais acertado para a obtenção da ciência das vozes.

Segundo Locke (apud CAMBI, 1999), é justamente esse processo de transformação social e econômica que levou a uma reflexão da figura do *gentleman*, sendo um modelo ideal para a nova classe dirigente e para o qual ele traçou um renovado *curriculum* de estudos. Proença, compactuando com essas ideias, trouxe um modelo pedagógico que objetivava a uti-

lidade dos conteúdos a serem transmitidos aos estudantes, centrado na experiência, que por sua vez auxiliaria na curiosidade das crianças por meio do jogo.

Nessa obra, o autor critica a falta de controle das crianças no ambiente familiar, pois o via como espaço de luxo, regalo, falta de disciplina sobre as más inclinações e a ausência da aplicação dos castigos. Por meio do pensamento de Proença, nota-se que a educação do menino nobre deveria ser iniciada no ambiente familiar com a formação física e os cuidados com a alimentação.

Com isso, manifestando uma educação baseada na inculcação de valores virtuosos como os fundamentos dessa primeira educação e que caberia evitar as lisonjas e cuidados excessivos que pudessem se tornar, mais tarde, posturas de tirania e soberba. (SILVA, 2006, p. 8).

A noção de educação empreendida no ambiente familiar mostra-nos um aspecto primordial para a constituição da razão no menino, considerada como um processo iniciado desde os primeiros anos de vida. Existia uma preocupação com os sujeitos do ambiente familiar de forma direta ou indireta envolvidos com a educação doméstica, especificamente com os criados, pois havia com eles uma preocupação linguística. De acordo com Proença, o ambiente familiar era considerado um espaço formativo, que deveria proporcionar ao menino, enquanto nobre, exemplos de comedimento, abnegação e controle das paixões.

Proença (1734) defendia o uso da língua nacional para ensinar as regras da Gramática. Desse modo, desejava que seus conhecimentos estivessem baseados na faixa etária do menino, como ressalta:

[...] nem seguiraõ o melhor caminho os que as quizeirão reformar, e introduzir huma Grammatica Filosofica superior a compreensãõ de hum menino, a quem no mesmo methodo vulgar fazem difficuldade alguns termos abstractos ou methafisicos, açção, paixãõ, relação, e outros [...]. (PROENÇA, 1734, p. 21).

Para doutrinar esses ensinamentos, era necessário apenas um mestre para vários meninos. Isso nos leva a

entender que um único mestre instrua várias crianças ao mesmo tempo, independente de qual nível de aprendizagem existisse. Era um ensino individual, pois a faixa etária era diversa, como também a aprendizagem era diferenciada para cada necessidade do discípulo:

[...] hum só Mestre muihos Discipulos, de diferentes gênios, idades, e destinados a diversas profissões, crendo, que os mesmos que instruem na Aula, todos por hum methodo geral, buscariã diversos caminhos, se as suás missões se derigissem sómente ao ensino domestico de hum menino, que toda a sua vida deve cingir espada. (PROENÇA, 1734, p. 24).

Aos que estavam condenados em ser disciplinados pelo trabalho, a educação deveria criar novos costumes, sendo adaptados aos interesses do Estado e das camadas dirigentes. Portanto, o autor buscava a formação de novos costumes a partir de uma educação destinada à elite tradicional, pois essa necessitava nesse período de mudanças na formação dos indivíduos, fossem eles patrícios ou plebeus, uma vez que havia uma imensa dificuldade em encontrar indivíduos com as qualificações necessárias. Mais uma vez, Proença ressalta a importância do caráter utilitário da instrução.

Tanto Locke (1693) quanto Proença (1734) defendiam que a educação do caráter e da mente deveria oportunizar as crianças esses ensinamentos não por meio de regras, mas pelo exercício, pelo hábito e sobretudo pelo raciocínio. Era preciso a experiência para que eles fossem úteis e capazes de bem desempenhar as tarefas a que se dedicariam. Essas aprendizagens seriam permeadas pelo jogo e pelo trabalho.

Devido à falta de escolas específicas para os nobres naquela época, Proença recomendava aos pais que não enviassem seus filhos na primeira idade às escolas públicas, pois o convívio com meninos de outras origens sociais poderia prejudicar essa educação.

A obra de Proença esteve voltada para a educação preceptoral, de caráter privado, destinada a modelar a nobreza conforme princípios morais formadores

do homem virtuoso. Ele se preocupou em registrar a importância das atitudes para que estas não fossem soberbas, vaidosas e insolentes, como ocorria na nobreza de seu tempo. Para ele, a educação moral seria a mais importante da educação de um menino nobre. Além de indicar preceitos aos alunos, fazia referências à relação dos mestres, ao modo como deveriam educar e instruir seus discípulos.

Em seu primeiro texto *Apontamentos*, Proença (1734, p. 3) ressalta a finalidade de uma boa educação. Esta deveria abordar a virtude da alma, proporcionando ao menino nobre uma boa aprendizagem. Por meio do exercício do corpo, seria possível conseguir a disposição robusta, perfeita e capaz não só para os estudos, como também para as demais atividades, como os exercícios da vida militar. Isso auxiliaria tanto nos adiantamentos das ciências como nos empregos do Estado.

Uma das máximas levantadas por Proença (1734, p. 93-103) é que as crianças, ao darem início à fala, fossem instruídas a falar a verdade, para que aplicassem aquilo que o Criador determinou. Ao invés de explicar o porquê de não mentir, seria mais conveniente trazer a questão da moral atrelada à ideologia da fé. Essa instrução orientava ser necessário aos pais não permitir e nem consentir esse ato. Quando convivessem com essa situação na presença das crianças, os pais e aios deveriam representar com admiração e horror. Essa estratégia permitiria às crianças não serem induzidas a praticarem tal ato, como também que os aios não lhes promettessem algo que não pudessem cumprir.

Portanto, a submissão, respeito e obediência deveriam ser atitudes praticáveis desde os primeiros anos da infância. Segundo Ariès (1981, p. 244), esse cuidado pautava-se no risco de as crianças serem mimadas pelos seus pais ou expostas a complacências e bajulações dos criados. Começava-se nessa época uma defesa para enviar seus filhos aos colégios. Entretanto, Proença considerava de péssima qualidade esses colégios e discordava dessa ideia, pois essas escolas poderiam construir novos modos de convenções sociais.

Sobre a qualidade dos Colégios em Portugal, Proença esclarece que ainda não existia um adequado para a instrução desses meninos, realizando desse modo uma comparação da qualidade entre aqueles e o Real Colégio de Madri, segundo seus ideais, que aplicava uma educação polida, digna de grandeza e virtude cristã.

A construção desse colégio possibilitaria ao Rei obter dos espanhóis, zelo e fidelidade. Ao consentir a proteção das letras, o Augusto Monarca criava Colégios e reformava as Escolas, onde a nobreza se instruía com exercícios mais convenientes com seu estado (PROENÇA, 1734). A maioria dos meninos não admirava sair do espaço familiar e instruir-se nesses Colégios, pois ficavam distantes de seus pais. Para os que podiam sustentar essa educação doméstica, possuíam Mestres que orientavam os exercícios necessários da língua, dança, espada e montar a cavalo. Proença (1734, p. 138) recomendava:

[...] para a boa educação, recomendamos muyto aos pays, que procurem ter em casa Mestres, que ensinem seus filhos a ler, escrever e Grammatica Latina, e que lhe evitem na primeira idade o freqüentarem as Escolas Publicas: não por duvidar da grande capacidade e zelo dos Mestres, mas por conhecer o inevitavel damno, que podem causar alguns condiscipulos.

O entendimento de educação pública e privada no período setecentista quer nos dizer que a educação pública estava ligada ao Estado, sendo um instituto custeado por este, e a educação privada requeria a contratação de um mestre pelos pais ou responsáveis pela criança. Nesse preâmbulo, as escolas públicas eram frequentadas por todos os indivíduos de classes diversas, que traziam condutas inadequadas ao ambiente de aprendizagem. Assim, seria mais interessante deixar seus filhos serem conduzidos às primeiras aprendizagens no âmbito familiar, pois estariam sendo disciplinados sob a vigilância dos pais.

Proença acreditava que, por mais que o Mestre apresentasse as noções de bons costumes e virtudes, o grupo de discípulos era diverso, variava a idade e

condições, podendo alguns deles ter adquirido em seus primeiros anos da infância vícios desagradáveis para a educação de um menino nobre, e ocasionando o arruinamento dos primeiros fundamentos virtuosos. A inocência dos costumes e a virtude polida deveriam ser o único fim da educação.

A suavidade deveria ser uma prática atuante na educação dessas crianças, pois aprendizagem requer ser conduzida com delicadeza quase de modo espontâneo. Isso nos leva a pensar na prática de um aprender com facilidade e espontaneidade em que as crianças eram instruídas a aprender determinados contextos a partir de exemplos simples que possibilitassem o interesse e curiosidade dos alunos.

Nessas considerações sobre a curiosidade infantil – enquanto ponto de partida da inculcação de valores sólidos para a educação formal – destaca-se a preocupação com os outros componentes do meio doméstico, com os quais, além dos pais e dos aios, as crianças mantivessem contato, pretendendo, com isso, criar um ambiente “controlado” e ideal que não transgredisse os objetivos propostos para a educação desse pequeno nobre. Essa educação, mesmo que ainda não efetivamente controlada pelo Estado, já demonstrava, nas iniciativas particulares como a de Proença, a necessidade de se formarem novos indivíduos, fossem eles “patrícios” ou “plebeus” (SILVA, 2006, p. 9).

Proença (1734) esclarece que, no processo de instrução de ler, escrever e Gramática, seria raro o uso da palmatória. O Mestre deveria instigar os alunos à curiosidade para que estes tivessem apreço pelas instruções, inspirando-lhes amor e inclinação aos demais estudos. Caso não alcançassem esse fim, seria aconselhada mudança de método.

Após utilizar de toda a suavidade e brandura que merecia uma criança, seria permitido o uso de castigos e golpes para a correção e vigor da aplicação da virtude e obediência de que as crianças deveriam ter aos seus pais e mestres. Tanto os pais quanto os seus

filhos deveriam mostrar respeito à autoridade do mestre, pois a partir do momento em que o filho visse o respeito do seu pai pelo mestre não haveria a necessidade de utilizar de outros mecanismos para que os filhos obtivessem respeito a eles.

De acordo com Proença, as qualidades que um Mestre deveria possuir em sua atividade de instrução deveriam estar pautadas nos bons costumes, zelo, suavidade de gênio, bondade e ternura. Ao escolher essa atribuição – “Mestre” – exigia-se o seguinte:

[...] devendo-fe tomar Mefre fe ha de fervir de Ayo, ao menos, antes que o menino tenha quatro annos, e fazendo commumente os que fe offerecem para efte emprego ler, e efcrever, e Grammatica Latina, tem tempo, enquanto enfina eftes princípios, de adquirir a noticia de Geografia, e Hiftoria e alguma tintura de Mathematica. (PROENÇA, 1734, p. 178-179).

É importante notar nesse contexto que, por mais que o Mestre fosse responsável pela instrução dos bons costumes e das primeiras letras, ficaria com a incumbência de introduzir alguns ensinamentos dessas outras matérias. Isso nos leva a pensar que uma criança de até quatro anos já possuía tal instrução, pois desde pequena saberia distinguir algumas situações relacionadas a estas matérias, não no domínio escrito, mas por meio de exemplos adequados à sua idade.

Outra ênfase que pode ser destacada no texto de Proença é sobre a formação básica do professor (Particular/ Preceptor): que estes dispusessem de livros, e recebessem um salário condizente. Aos Mestres com bons costumes, talento e modos, seria viável pagar um salário justo para que possuísse gosto pela permanência em suas ocupações. Proença adverte que as instruções que o Mestre transmitiria aos seus filhos seriam aprendizagens para toda uma vida e os luxos com objetos não duráveis possuíam tempo determinado para uso. Desse modo, quanto fosse cobrado pelo Mestre seria um investimento duradouro para a vida de seus filhos. Assim, os pais deveriam arcar com estas despesas de bom grado (PROENÇA, 1734).

Em seu ambiente familiar, era necessária a existência de uma Livraria, espaço este reservado apenas aos meninos, onde deveria estar livros com estampas da Bíblia, séries de estampados de imagens do Papa, dos Reis, Imperadores com suas medalhas, retratos impressos dos Varões Ilustres, estampas das principais cerimônias sagradas e profanas, as da antiguidade Grega e Romana, das cores e peças que compõem os escudos de Armas das principais famílias, as partes mais sensíveis da Arquitetura Civil e Militar, os riscos dos edifícios, Mapas, Globos e esferas, enfim todas as pinturas agradáveis e instrutivas que os meninos costumam pedir para repetir várias vezes (PROENÇA, 1734).

Um trecho interessante sobre o valor da educação é que ela deveria ser vista como algo para viver melhor e satisfazer as necessidades do Estado. No entanto, a maioria dos indivíduos estava vendo a educação como algo pomposo e de vaidade, “[...] o erro não consiste em estudar, está em estudar só para ter estudado [...]” (PROENÇA, 1734, p. 229-232). Enfim, pode-se afirmar que o principal acerto dos estudos consiste em proporcionar ao Estado a formação de um menino nobre, oportunizando-lhe o conhecimento sobre suas atribuições e obrigações, e respeito perante as pessoas e o Estado. Diante desse esclarecimento, o autor se perguntava: do que adianta esses meninos adquirirem as instruções das regras minuciosas da Língua Latina se ao menos iriam aplicá-las brevemente? O que importava era ter o conhecimento de suas responsabilidades como cidadãos.

A partir do momento em que a criança começasse a falar, os pais deveriam iniciar as instruções do ler e escrever, para que elas soubessem o verdadeiro uso das vozes e valor das palavras. Aos pais, era representada essa obrigatoriedade, pois era vista como vantajoso privilégio da primogenitura. Proença traz o significado da palavra da seguinte maneira: “[...] São as palavras huns signaes das cousas, e noções, ou conceitos, sem as quaes não sómente seria difficultosa a sociedade, mas quasi inútil a razão, e o discurso [...]” (PROENÇA, 1734, p. 235-236).

Nesse processo de descoberta das letras, no reconhecimento das sílabas, palavras e frases, Proença possibilitou um modelo igualitário para a aquisição das primeiras letras, por meio de uma tecnificação das práticas educativas. Esses ensinamentos favoreceriam ao educando primeiro ler, depois escrever, compreender a língua e os costumes essenciais das ciências sociais e naturais, bem como dominar os símbolos e operações matemáticas básicas. Em suma, os mesmos ensinamentos de Figueiredo (1722), fortalecendo o uso do método sintético. A trilogia do ler-escrever e contar seria fator essencial para uma completa e harmônica integração social e profissional.

Após essa definição, pode-se perceber que, para o estudo das demais matérias era importante o domínio do significado das palavras. Por meio desses caracteres seria possível aprender inclusive os números. Se não soubessem dominar os caracteres, ficaria difícil trabalhar a Aritmética.

Segundo Proença (1734, p. 236), alguns povos não sabiam contar até dez. Isso era decorrente não da barbaridade de conceitos, mas da fraqueza do idioma. Ele acrescentava que se em nosso idioma não houvesse essa representação, não seria possível identificar o significado de mil. Sem esse conhecimento, seria inapropriada a aplicabilidade dos jogos de cartas, pois não teríamos a noção das unidades. O estudo da Álgebra possibilitaria o domínio da verdade de maneira mais fácil, por meio dos cálculos com a “semisumas” e “semidiferenças”, assim: “[...] em lugar de fazer aposição com os dous números 6, e 4, explicallos com a quasi idêntica noção das duas semisummas, e semidiferenças 5-1, 5-1 [...]” (PROENÇA, 1734, p. 237). A partir do momento em que o Mestre fixasse nos meninos os significados de cada caractere, esse menino buscaria entender a razão das coisas de modo menos abstrato. A razão, portanto, prevaleceria em sua averiguação da realidade.

É constante a preocupação de relacionar a aprendizagem com a especificidade dos exemplos.

O objetivo dessa prática levaria ao desempenho do raciocínio. Após a descoberta das letras, no reconhecimento das sílabas, palavras e frases, o sujeito seria instruído a resolver problemas matemáticos. A forma escolhida para a aquisição desse conhecimento seria a aplicabilidade de exemplos e jogos, aproximando a linguagem com a prática.

As lições do ABC deveriam apresentar-se como distração, não como estudo ou ocupação. O menino deveria divertir-se com ela e não passar por castigos danosos à sua aprendizagem. Caso fosse mostrada de maneira dura, poderia causar aversão aos estudos, fato danoso à formação dos órgãos que ainda não estavam fortificados. Essa seria uma das principais cautelas atendidas pelo Mestre. Para o divertimento na prática da aprendizagem, Proença propõe:

Para fazer divertimento dos princípios do aprender a ler, se inventarão alguns artificios como são huns polyedros de marfim com 24 faces, e nellas escritas as figuras das letras, ou da mesma forte em quatro dados ordinários, com que se pode formar hum jogo, que intertenha os meninos jogando com elles, ou entre si a família para lhe causar appetite, escondendo os dados para a privação seja causa de appetite, e lhe acenda a curiosidade. (PROENÇA, 1734, p. 251-252).

De acordo com a citação acima, o autor enfoca que antes de ser ensinado qualquer estudo, as crianças deveriam ser despertadas com o profundo amor. Elas seriam instruídas por meio da importância, da utilidade e do encanto do tema trabalhado. O uso de jogos proporcionaria uma aprendizagem mais dinâmica e o aluno iria interagir com o conhecimento de forma espontânea. O ato de jogar contribui para as relações sociais, não só por ser um exercício recreativo e de habilidades, mas um instrumento pedagógico que pode absorver o participante de maneira intensa. Esse aspecto do autor traz a introdução da pedagogia moderna.

Fazendo uso dessa prática, os alunos sentir-se-iam estimulados na aprendizagem. Toda a aprendizagem deveria proporcionar aos alunos o prazer em aprender. Nada punitivo e drástico era orientado ao

professor como estratégia para que os alunos aprendessem. A prática punitiva poderia desencadear em desestímulo de frequentar as aulas.

A invenção dessas regras de alfabetização pressupôs uma tecnificação igualitária das primeiras aprendizagens em Portugal: o mestre instruiria seus alunos a decifrar as letras, e como funcionava o sistema de escrita de modo que pudesse usá-lo corretamente. A ortografia iria fixar a forma escrita das palavras, evitando que dialetos diferentes fossem escritos. As letras seriam identificadas pelo som de suas pronúncias. Todo esse processo seria proporcionado pelo uso do jogo. A ludicidade faria com que os alunos obtivessem estímulos para a aprendizagem.

Proença trouxe outras estratégias para que as crianças aprendessem o ABC, além dos jogos que poderiam auxiliar no domínio das letras e das sílabas. Propôs, assim, o uso do jogo das pedrinhas como um meio considerado agradável para a instrução. Esclarecia que não era interessante fazer com que as crianças sempre ganhassem, orientando-as para as diversas situações em suas vidas do ganhar e do perder (PROENÇA, 1734, p. 252). Essa estratégia, segundo Proença, poderia ser confirmada na cartilha de Barros (1540). Por meio das cartas com símbolos, as crianças teriam o domínio das letras, podendo elas serem utilizadas no ensino de História e Geografia.

De acordo com Proença, a maioria das Nações da Europa dava início à aprendizagem das letras com letra estampada. Ele acreditava que era mais difícil começar pela letra de mão, pois o interessante seria começar pelo mais fácil: “[...] sou de parecer, que comecem a aprender por hum ABC impresso com letra cursiva Parangona [...]” (PROENÇA, 1734, p. 255). Essa defesa encontra eco nas propostas de Barros (1540) e Figueiredo (1722).

A partir desse enunciado, Proença tece críticas sobre o alfabeto do idioma português:

Vendo que o alfabeto do nosso idioma não tem distincão natural de letras labiaes, dentaes, guturaes, e&c. nem a

igualdade e a correspondência ténues, médeas, e aspiradas, dupleces, e simivogaes, e mudas; aconselha, que se nomeem as consoantes todas simplesmente, como as mudas Latinas, advertindo, que o e, que entra no nome, se pronuncie de forte, que mais parece espirito, ou alma da consoante, que vogal, deque se componha a syllaba, para que assim haja mayor facilidade no soletrar, e juntar [...]. (PROENÇA, 1734, p. 256).

Depois de reconhecer as letras do alfabeto e saber juntar as sílabas, que por sua vez ele chama de combinações de letras, é que se daria início ao estudo de alguns nomes, dando continuidade aos objetos sensíveis (nomes de animais e de artefatos comuns). O Mestre poderia trabalhar fábulas ou apólogos de Esopo ou Phedro Lafontaine. Por meio das estampas desses contos e fábulas, as crianças teriam a curiosidade em saber sobre as histórias e assim em aprender a lê-las, criando o gosto pela leitura. Conseqüentemente, tal prática facilitaria a escrita desses nomes. Poderiam também ser utilizados como lições o Catecismo impresso em Lisboa e algum sucinto compêndio de História Sagrada que apresentasse estampas (PROENÇA, 1734).

O processo de alfabetização consistia, num primeiro momento, no aprendizado do alfabeto e de suas utilidades como código de comunicação. Falar dos usos sociais da leitura e da escrita remonta à ideia de letramento.

O trabalho pedagógico construído por Proença elencava a necessidade de apresentar os saberes elementares por meio de dinâmicas que motivassem os alunos aquisição dessa aprendizagem. Por meio das práticas reais de leitura e escrita com as histórias, contos e fábulas, a criança seria alfabetizada, letando-se, isto é, seria orientada a aprender a ler e escrever convivendo com essas práticas.

A escolha do tipo de letras a ser apresentado inicialmente aos meninos deveria partir da cursiva. Depois desse domínio, declinaría para a usual e por fim para a cancellataresca (PROENÇA, 1734). Proença aconselha aos mestres a não darem início ao ensino de leitura por meio do Pai Nosso e do Credo, até por-

que os meninos já haviam memorizado. Após dominar a leitura, já era tempo de iniciar a escrita, orientando-os a pegar na pena e cobrir as letras de boa forma que estavam de vermelho com vários traços de tinta preta. Ao fazerem esse exercício de cobri-las, os meninos aprenderiam a copiar com destreza.

Com relação ao conhecimento das línguas, Proença esclarece que a Língua Francesa deveria anteceder o estudo das línguas vulgares porque era a mais utilizada nas Cortes da Europa. A língua francesa era vista como língua universal. Já a Língua Italiana e Castelhana não mereciam muito estudo, pois eram fáceis de entender, sendo mais justo aprender a Língua Inglesa, por apresentar um grande número de livros doutos e profundos nas leituras dos livros de Matemática, Física Experimental e História Natural. Para a aprendizagem dessas línguas, apenas bastaria o conhecimento de poucas regras e mais uso, sem a necessidade de utilizar-se de castigos, para que os meninos pudessem adquirir tais aprendizagens.

A Aritmética era considerada a matéria mais clara e fácil de aprender. Desse modo, aprendiam-se as duas regras ao mesmo tempo em que se ensinava a ler e escrever. Era colocada como forma de aprender sobre as justiças e providências, pois para quase todas as resoluções do Estado era necessário esse domínio, dentre elas o quantitativo de soldados, vassallos, munhões, manufaturas, frutos, numero de naufrágios, e tantas outras resoluções de responsabilidade do Estado (PROENÇA, 1734).

A Aritmética era a arte de se descobrir a verdade. Portanto, seus caracteres eram vistos como resultados de algo de que se tirariam dúvidas. Era usada para dirigir e aperfeiçoar o pensamento. Seus caracteres e notas de algoritmos existiam como estratégia para formalizar as unidades. Após toda a resolução dos cálculos seria o momento de concluir com a prova.

Nesse entendimento de Proença, a matemática era tida como uma ciência da verdade, pois busca compro-

var uma operação. Essa operação ligaria sujeito e atividade cotidiana. Desse modo, a escola deveria preocupar-se com o caráter utilitário dos assuntos a serem trabalhados pelo mestre. Os assuntos estudados deveriam ser de inquestionável utilidade. Com esse mecanismo, os alunos obteriam noções sobre coisas úteis, que auxiliassem o seu intelecto, moral e vida.

Ao término do estudo da Matemática é que seguiria o estudo da Física, não podendo ultrapassar duas horas de estudo. Não era necessário o uso de livro. A matéria “Física corpuscular” buscava explicar os aspectos naturais dos corpos pelo movimento e figuras das partes. Esse estudo era compreendido por meio da observação e experiências. O autor traz nesse contexto frases sobre Descartes, Gaffendo e Newton, sobre o universo, o movimento e os corpos (PROENÇA, 1734).

Ao concluir seus *Apontamentos*, Proença esclarece que, aos que assim fossem educados, tornar-se-iam belos Vassallos úteis ao público, por meio da Teologia, do Direito Divino, das lições das Escrituras Sagradas e dos Santos Padres. Seria concedida não só a salvação como também a suavidade, profundidade e majestade. Desse modo, não teriam escritores profanos (PROENÇA, 1734).

Proença nos diz que a educação buscava formar os indivíduos para adornar as virtudes da alma. Assim, ressaltava a importância da perfeição do corpo para a aquisição da disposição perfeita e robusta. Sua obra pressupõe que por meio do corpo e da atenção dos pais para essa faceta, as crianças deveriam ser cuidadas desde o nascer. Nesse tópico, explica quais alimentos, roupas, bebidas e atividades físicas e morais, essas crianças deveriam praticar. Todas essas atribuições estão elencadas com o intuito da perfeição corporal.

Apontamentos é uma renovada obra que referencia as ideias de Locke, dando continuidade à educação de um menino nobre. A educação privada é o foco principal de sua obra, pois especifica uma prática

educacional e social determinada pelas exemplificações que competem a ele referenciar. No âmbito da educação moral, pregava como essenciais na formação de um menino nobre os princípios básicos da moral, magnanimidade, a prudência, a justiça e moderação das paixões.

Na educação física, seu objetivo era a perfeita robustez e disposição para a defesa militar do reino. Sua maior crítica esteve centrada na aquisição de conhecimentos de forma erudita e acumulativa. O mestre deveria tratar a criança de acordo com suas diversas especificidades, atreladas à sua idade, e não como um adulto pequeno.

Áries (1981) nos traz o esclarecimento que começava por essa época, a trabalhar a sensibilidade adulta acerca da infância. Sua tese consolida a suposição de que desde o século XVI até o XIX teria sido firmada a subjetividade moderna com relação à infância. Toda prática seria explicada por meio de exemplos de forma simples com discursos claros e breves.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar como as práticas intelectuais e educativas contribuíram para o estabelecimento de estratégias na aprendizagem dos saberes elementares no período setecentista, estendidas nos manuais desses intelectuais e em suas formas de execução, a obra de Proença trouxe um discurso frente às práticas com relação à civilização e à educação dos nobres da Colônia Portuguesa e seus Domínios.

Enfim, essa obra trouxe diferentes modelos de enunciação quanto ao método de sociabilização dos saberes elementares. Nesse sentido, Proença ganhou peso e reconhecimento por trazer consigo as reformas nas práticas de aprendizagem das condutas sociais, e morais interligadas à educação, bem como nas atividades experienciadas pelos mestres com a Doutrina Cristã, a leitura, escrita e a Aritmética.

Desse modo, a obra trouxe o entedimento de civilidade como um comportamento dos indivíduos em sociedade, do corpo, de seus gestos e expressões até a conversação e o relacionamento com os outros. A maioria dos tópicos foram explanados com exemplos, pois a teoria esteve unida à exemplificação para inculcá-los nos aprendizes.

Portanto, no século XVIII acentuou-se o processo de laicização em curso de um período moderno e de colocação da educação cada vez mais centrada no Estado, com o intuito de manter a ordem da vida social. O pensamento iluminista foi permeado nesse período com o papel de redentor da educação, de sua capacidade de promover a regeneração e a emancipação dos indivíduos e das intuições educativas como lugares privilegiados para a formação dos sujeitos modernos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. **A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil**. São Paulo: Saraiva; Universidade de São Paulo, 1978.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia de Letras. 2008.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2.ed. Trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BOTO, Carlota. O desencantamento da criança: entre a Renascença e o século das Luzes. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN Jr (Org). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002, p.11-60.

CAMBI, Franco. A época moderna. In: CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999, p.195-376.

- CARVALHO, Laerte Ramos de. **As reformas pombalinas da instrução pública**. São Paulo: FFCL da USP, Boletim n.160,1952.
- CHARTIER, Roger. As práticas da escrita. In: ARIÉS, Philippe e DUBY, George. **História da vida privada**. São Paulo: Companhia das Letras, v.3, 1991.
- CHARTIER, Anne-Marie & HÉBRARD, Jean. A invenção do cotidiano: uma leitura, usos. Trad. Mariza Romero. **Projeto História**. São Paulo, n.17, 1998, p.29-44.
- CHARTIER, Anne-Marie & HÉBRARD, Jean. Do Livro à Leitura. In: CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas da Leitura**. Trad. Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Revista Teoria e Educação**. Porto Alegre, v.2,1990, p.177-229.
- CHERVEL, André; COMPÈRE, Marie-Madeleine. As humanidades no ensino. **Educação e Pesquisa**. V.25, n.2, São Paulo, jul/dez.1999.
- CORRÊA, Leda Pires; OLIVEIRA, Luiz Eduardo. A importância do catecismo no processo de escolarização. **Revista Interdisciplinar**. V.2, n.2, jul/dez. 2006, p.37-53.
- FALCON, Francisco José Calazans. **A época pombalina: Política Econômica e Monarquia Ilustrada**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1993.
- FÉRRER, Francisco Adegildo. **O obscurantismo iluminado: Pombal e a instrução em Portugal e no Brasil**. 1998. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1998.
- FRANCO, José Eduardo. A idéia de Europa nas reformas pombalinas da educação. In: **Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**. Uberlândia, 2006. Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/columbe06/anais/arquivos/590jose_eduardo_franco.pdf>. Acesso em: 8 out. 2010.
- HANSEN, João Adolfo. A civilização pela palavra. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; LOPES, Eliana Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive. **500 Anos de Educação no Brasil**.3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p.19-41.
- HÉBRARD, Jean. A escolarização dos saberes elementares na época moderna. Trad. Guacira Lopes Louro. **Teoria & Educação**. Porto Alegre, n.2,1990, p.65-109.
- HÉBRARD, Jean. Três figuras de jovens leitores: alfabetização e escolarização do ponto de vista da história cultural. Trad. Christian Pierre Kasper. In: ABREU, Márcia. **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado de Letras / Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp,1999.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da educação**. Trad. Gizele de Souza. N.1, 2001, p.9-38.
- MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**. Trad. Antonio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1996
- NÓVOA, António. **Do mestre-escola ao professor do ensino primário: subsídios para a história da profissão docente em Portugal (séculos XVI-XX)**. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa / Instituto Superior de Educação Física, 2000.
- NÓVOA, António. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. **Teoria & Educação**. Porto Alegre, n.4,1991, p.240-270.
- OLIVEIRA, Luiz Eduardo. Representações da escola na literatura brasileira no século XIX: um itinerário do ensino de Primeiras letras no Brasil. **Revista Tempos e Espaços em Educação**. Universidade Federal de Sergipe, 2008, p.33-48.
- OLIVEIRA, Luiz Eduardo. **A legislação pombalina sobre o ensino de línguas: suas implicações na educação brasileira (1757-1827)**. Maceió: EDUFAL, 2010a.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. **Gramatização e escolarização**: contribuições para uma história do ensino das línguas no Brasil (1757-1827). São Cristóvão: UFS; Aracaju, Fundação Oviêdo Teixeira, 2010b.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. **Collecção da Legislação Portuguesa** desde a ultima compilação das ordenações oferecida a El Rei Nosso Senhor pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762. Lisboa: na Typ. De L. C. da Cunha, 1830.

PRADO, Maria Ligia Coelho. Simón Rodríguez, mestre de primeiras letras, e as idéias sem fronteiras. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN Jr (Org.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002, p.197-220.

PROENÇA, Martinho de Mendonça Pina e de. **Apontamentos para a educação de um menino nobre**. 1734. Disponível em: <http://purl.pt/129/4/sa-2184-p_PDF/sa-2184-p_PDF_01-B-R0XX0/sa-2184-p_0000_capa-guardas2_t01-B-R0XX0.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2010.

SILVA, José Carlos Araújo. A nova escola para ler, escrever e contar e os apontamentos para a educação de um menino nobre: livros para uso no ensino das primeiras letras nas escolas setecentistas. **Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação**. Goiânia-GO, 2006.

SILVA, José Carlos Araújo. A Nova Escola para aprender a ler, escrever e contar (1722), Cartilha para o uso no ensino das primeiras letras nas escolas setecentistas do reino e das suas colônias. **Anais do II Encontro Internacional de História Colonial**. Mnome – Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v.9, n.24, Set/out.2008, p.1-10.

VILLELA, Heloisa de O. S. O mestre-escola e a professora. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; LOPES, Eliana Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive. **500 Anos de Educação no Brasil**.3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p.95-134.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Por uma história da cultura escrita: observações e reflexões. Trad. David Montês. **Cadernos do Projecto Museológico**. Santarém, n.77, 2001, p.3-53.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Espaços, usos e funções: a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada. In: BENCOSTA, Marcus L. A. (org). **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005, p.15-47.

VINCENT, Guy, LAHIRE, Bernard, THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. Trad. Diana Gonçalves Vidal, Vera Lúcia Gaspar da Silva e Valdeniza Maria da Barra. **Educação em Revista**, n.33. Belo Horizonte, 2001, p.7-47.

Recebido em: 28 de Março de 2014
Avaliado em: 13 de Maio de 2014
Aceito em: 22 de Junho de 2014

1. Doutorando em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradente - UNIT